

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO N.º , DE 2026

(Do Sr. Airton Faleiro)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as ações preventivas e o planejamento do Governo Federal diante dos impactos do El Niño 2026-2027 na Amazônia.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para debater as ações preventivas, as medidas de preparação e o planejamento do Governo Federal diante dos potenciais impactos do fenômeno El Niño 2026-2027 na Amazônia.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil encontra-se diante de um cenário climático que exige atenção, planejamento e atuação preventiva do Poder Público. Informações recentes dos órgãos oficiais de monitoramento climático apontam para a persistência do fenômeno El Niño ao longo do segundo semestre de 2026 e, possivelmente, até o início de 2027, com elevada probabilidade de intensificação do evento.

Os modelos climáticos indicam probabilidade superior a 90% de permanência do fenômeno até, pelo menos, o início de 2027, havendo alta probabilidade de ocorrência de um El Niño muito forte, caracterizado por anomalias da temperatura da superfície do mar no Oceano Pacífico Equatorial superiores a 2°C entre a primavera e o verão de 2026.

Na Região Norte, a combinação entre redução das precipitações e temperaturas elevadas pode aumentar a evaporação, reduzir a umidade do solo e intensificar condições de deficiência hídrica.

Na Amazônia, esse cenário demanda especial atenção. A redução das chuvas, o aumento das temperaturas e o prolongamento dos períodos de estiagem podem contribuir para a redução dos níveis dos rios, ampliar os riscos de incêndios florestais e comprometer a agricultura familiar, a pesca artesanal, o extrativismo e outras



atividades essenciais à subsistência e à geração de renda das populações amazônicas.

Os dados mais recentes do monitoramento nacional já demonstram a necessidade de atuação preventiva. Entre abril e maio de 2026, 66 municípios brasileiros registraram transição para a condição de seca severa. Também foi identificada a persistência de déficit hídrico em territórios indígenas, inclusive no do Pará, além da intensificação das condições de seca em áreas dos Estados do

A redução acentuada dos níveis dos rios pode provocar o isolamento de comunidades inteiras, dificultando o transporte de alimentos, água potável, medicamentos, combustíveis e insumos essenciais. Pode, ainda, comprometer o deslocamento de equipes de saúde, o acesso de crianças e jovens às unidades de ensino e o atendimento das populações em situações de emergência.

As experiências recentes de estiagens severas na Amazônia demonstram que a atuação do Estado não pode se limitar à resposta emergencial após a ocorrência dos danos. É fundamental antecipar cenários, estruturar planos de contingência, fortalecer os sistemas de monitoramento e alerta e garantir a articulação entre a União, os Estados, os Municípios e as organizações representativas das populações amazônicas.

Nesse sentido, o próprio Painel El Niño 2026-2027 destaca que a atuação antecipada e coordenada entre os diferentes níveis de governo e as instituições parceiras é fundamental para reduzir os impactos do fenômeno sobre a população brasileira, ressaltando a importância do monitoramento contínuo, do planejamento integrado e da adoção tempestiva de medidas de preparação e resposta.

É necessário, portanto, conhecer e debater as medidas que estão sendo planejadas pelo Governo Federal para garantir o abastecimento de água e alimentos, a assistência à saúde, a manutenção da navegabilidade e da logística regional, a prevenção e o combate aos incêndios florestais e a proteção das atividades produtivas das comunidades amazônicas.

A realização desta Audiência Pública permitirá que esta Comissão acompanhe as projeções climáticas, conheça o planejamento dos órgãos responsáveis e contribua para a construção de uma estratégia integrada de prevenção e preparação diante dos potenciais impactos do El Niño 2026-2027.

Diante da relevância ambiental, social e humanitária do tema e da necessidade de antecipação das ações do Poder Público, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.



Sala das Comissões, de julho de 2026.

Deputado Airton Faleiro
PT/PA

Apresentação: 10/07/2026 11:40:41.723 - CPOVO

REQ n.87/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD261514250800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Airton Faleiro

